



DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37



RELATÓRIO DA DIRETORIA

CENÁRIO ECONÔMICO - O cenário internacional em 2015 teve um menor ritmo de crescimento global, considerando que as principais economias avançadas e os grandes emergentes, ou mantiveram ou reduziram a expansão econômica...

fechou o ano em 10,67% e a elevação da taxa de juros SELIC que fechou em 14,25%, dentre outros fatores, tiveram impactos relevantes na economia em 2015. O barril de petróleo sofreu redução de preço ao longo do ano e fechou cotado a US\$ 37,72/barril (2014: US\$ 62,16/barril), provocado pela maior oferta...

anterior, nas vendas de LAB equivalente no mercado interno, fruto de redução dos níveis de estoques dos clientes e da menor demanda. As exportações diminuíram -40,6%, por menores vendas "spots". DESEMPENHO - O faturamento bruto de R\$ 1.324,4 milhões foi menor em -6,4% (2014: R\$ 1.414,6 milhões)...

BALANÇO SOCIAL 2015

INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO - Nos programas de incentivo à saúde e bem-estar do empregado, a empresa mantém programas como: alimentação balanceada para empregados, estagiários e terceiros, transporte em ônibus climatizados, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes...

uma dutovia de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário. O investimento aportado e o aprimoramento processual atingido renderam uma economia de consumo de diesel e combustível fóssil, reduzindo consequentemente a geração de poluentes. DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO - Programa Coleta Seletiva - Doação do resultado da venda de sucatas metálicas, por meio do Cheque Verde...

Table with 5 columns: DESCRIÇÃO, 2015, %, 2014, %. Rows include RECEITAS, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, VALOR ADICIONADO BRUTO, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO, VALOR ADICIONADO LÍQUIDO, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.

Table with 7 columns: Ativo, Nota, 2015, 2014, Passivo e patrimônio líquido, Nota, 2015, 2014. Rows include Circulante, Não circulante, Total do ativo, Total do passivo e patrimônio líquido.

Table with 4 columns: Descrição, Nota, 2015, 2014. Rows include Receita operacional líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto operacional, Despesas com vendas, Despesas gerais e administrativas, Honorários dos administradores, Depreciações e amortizações, Participação dos empregados e administradores nos resultados, Participação nos resultados de controlada, Outras despesas operacionais, Resultado antes das receitas e despesas financeiras, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Lucro antes do imposto de renda, Imposto de renda, Corrente, Diferido, Lucro líquido do exercício, Quantidade de ações, Lucro por ação atribuível aos acionistas.

Table with 7 columns: Nota, Capital Social, Reservas de lucros (Legal, Incentivo fiscal), Lucros acumulados, Dividendos adicionais propostos, Total. Rows include Em 1º de janeiro de 2014, Distribuição dos dividendos adicionais, Lucro líquido do exercício, Destinação do lucro, Em 31 de dezembro de 2014, Distribuição dos dividendos adicionais, Lucro líquido do exercício, Destinação do lucro, Em 31 de dezembro de 2015.

Table with 4 columns: Descrição, 2015, 2014. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado abrangente do exercício.



>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)			
	Nota	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda		135.801	105.646
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	12.a e b	8.394	8.390
Valor residual do ativo imobilizado baixado	12.a	-	24
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial	11.b	1	1
Constituição (reversão) de provisão para perda com investimento		24	9
Variações monetárias, líquidas		5.796	1.514
Lucro antes do imposto de renda ajustado		150.016	115.584
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(7.827)	8.426
Estoques		(45.843)	4.284
Impostos e contribuições a recuperar		(6.670)	605
Depósitos judiciais		(48)	(436)
Outros ativos		(270)	299
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		23.352	(17.010)
Obrigações tributárias		(1.582)	(2.048)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		-	(1)
Outros passivos		2.032	(2.323)
Imposto de renda pago		(32.121)	(25.938)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		81.039	81.442
Atividades de investimentos			
Compras de imobilizado e de ativos intangíveis	12.a e b	(18.021)	(28.382)
Valor recebido pela venda de imobilizado	12.a	-	7
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(18.021)	(28.375)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		67.502	81.824
Pagamento de empréstimos		(65.907)	(72.662)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(79.193)	(67.303)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(77.598)	(58.141)
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa		(14.580)	(5.074)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	33.261	38.335
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	18.681	33.261
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa		(14.580)	(5.074)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais - A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total) e PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (27,88% do capital total). A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. **Aprovação das demonstrações financeiras** - A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 2 de fevereiro de 2016. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. Políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A principal área que requer maior nível de julgamento refere-se às provisões para contingências, conforme apresentado na Nota 14, a Administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho dessas causas judiciais e administrativas pode resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela Administração na elaboração dessas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os pronunciamentos/ interpretações de CPCs que entram em vigor a partir de 2015 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.1. Moeda estrangeira** - Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. **2.2. Instrumentos financeiros** - A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. a) **Identificação e valorização dos instrumentos financeiros** - A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados como segue: i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado* - São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes. As aplicações financeiras de curto prazo estão representadas em sua maioria por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), indexados à variação do CDI - Certificados de Depósitos Interbancários. ii) *Ativos financeiros disponíveis para venda* - Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. iii) *Empréstimos e recebíveis* - São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com

recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante. Os passivos financeiros foram classificados como segue: i) *Outros passivos financeiros* - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. Em 31 de dezembro de 2015, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (Nota 13) e saldos a pagar a fornecedores. **2.3. Estoques** - Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.4. Investimentos** - A participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar") é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo. Os demais investimentos referem-se à participação não relevante em outras empresas e são demonstradas ao custo. **2.5. Imobilizado** - Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.6. Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.7. Apuração do resultado** - O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. a) *Venda de produtos* - A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e ácido Alquilbenzeno Sulfônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação. b) *Receita financeira* - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** - Na aplicação das principais práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período. **3.1. Vida útil dos bens do imobilizado** - A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e

estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos. **3.2. Imposto de renda corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 14 (b)). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **3.3. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis** - A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **3.4. Benefícios pós-emprego** - O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na Nota 21. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados. **4. Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2015** - Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia não espera que essas normas e interpretações produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. **5. Caixa e equivalentes de caixa** - A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

	2015	2014
Caixa	62	31
Bancos conta movimento	366	2.351
Títulos e valores mobiliários - CDB pós-fixada	18.253	30.879
	18.681	33.261

Em 31 de dezembro de 2015, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 99,60% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Considerando que as aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação, que estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2).

	2015	2014
6. Contas a receber de clientes		
Clientes no país	87.951	85.005
Clientes no exterior	18.893	14.013
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.277)	(1.278)
	105.567	97.740

	2015	2014
A vencer	99.439	97.380
Vencidos		
Até 30 dias	6.128	360
Acima de 30 dias	1.277	1.278
	106.844	99.018

A provisão para crédito de liquidação duvidosa não teve movimentação nos últimos dois anos.

	2015	2014
7. Estoques		
Produtos acabados	79.690	58.825
Produtos em processo	1.834	2.549
Matérias-primas	39.969	17.697
Almoxarifado (a)	11.666	11.093
Importações em andamento (b)	26.240	31.285
Adiantamento a fornecedores	7.897	582
Materiais secundários	6.746	6.168
	174.042	128.199

	2015	2014
Circulante	167.061	121.239
Não circulante	6.981	6.960

(a) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por peças de reposição para a unidade fabril, materiais de escritório, entre outros materiais de proteção e segurança (EPIs). As peças de reposição mantidas no almoxarifado cuja expectativa de consumo supera um ano estão classificadas no ativo não circulante. (b) Refere-se à importação em andamento de normal parafina e alquilbenzeno linear.

	2015	2014
8. Tributos a recuperar		
ICMS	8.012	3.230
COFINS	2.590	1.033
PIS	566	224
Imposto de renda	20	20
IRRF sobre aplicações financeiras	9	14
Outros	-	6
	11.197	4.527
Circulante	9.630	1.955
Não circulante	1.567	2.572

9. Ativo não circulante mantido para venda - Refere-se a terreno e edificações da antiga fábrica localizada em São Caetano do Sul no montante de R\$ 1.821 que foram reclassificados para ativo não circulante mantido para venda, em virtude de contrato de promessa de compra e venda firmado em 2011. A Companhia recebeu a título de adiantamento o montante de R\$ 355 e a expectativa de conclusão dessa venda, que era até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi postergada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

10. Saldos e transações com partes relacionadas - a) **Transações e saldos**

	Saldos					
	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	
	Contas a receber de clientes		Fornecedores		Mútuos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Acionistas e controlada:						
Cepsa Química S.A. (i)	-	621	22.434	-	-	-
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") (ii)	-	-	304	568	-	-
Detenpar Empreendimentos Ltda. (iii)	-	-	-	-	3.751	3.752
	-	621	22.738	568	3.751	3.752

Continua>>>



>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

Acionistas e controlada:

Cepsa Química S.A. (i)
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") (ii)

Table with columns: Transações, Vendas de produtos (2015, 2014), Produtos acabados adquiridos (2015, 2014), Matérias-primas adquiridas (2015, 2014)

As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. (i) As vendas de produtos estão representadas por transações relativas à venda de ALP - Alquilado Pesado e LAB - Alquilbenzeno Linear. Em produtos acabados adquiridos são apresentadas as transações referentes à aquisição de LAB - Alquilbenzeno Linear e em matérias-primas são apresentadas as transações referentes à aquisição de Normal Parafina da Cepsa Química S.A. (controladora indireta), utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. (ii) Os saldos mantidos em mútuo com a Detenpar não são remunerados e não possuem vencimento determinado. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - O pessoal-chave da Administração incluiu os diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.753 (2014 - R\$ 2.100). Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a título de participação nos resultados, no montante de R\$ 425 (2014 - R\$ 663) que estão apresentados na rubrica de participação dos empregados e administradores nos resultados, na demonstração do resultado. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos na legislação trabalhista vigente no Brasil.

Table with columns: Terrenos, Edificações e benfeitorias, Equipamentos e instalações, Veículos, Móveis e utensílios, Outros, Total em operação, Obras em andamento, Total

(a) Refere-se substancialmente a itens em almoxarifado (itens de peças de reposição) que a entidade espera usá-los por mais de um período. A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 6.957 (2014 - R\$ 6.844) e a despesa, R\$ 254 (2014 - R\$ 269). Conforme descrito na Nota 13 (a), certos bens do ativo imobilizado foram dados em garantia para operações de empréstimos. As obras em andamento correspondem, principalmente, ao aumento da capacidade produtiva da fábrica, além de melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2017. A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que estas são efetuadas anualmente. No exercício de 2015, foi alocado ao resultado o montante de R\$ 4.859 (2014 - R\$ 5.118) relativos à respectiva parada.

Table with columns: Gastos com Informática (a), Marcas e patentes, Licença de tecnologia (b), Total

(a) Os gastos com informática referem-se, basicamente, à aquisição de licenças de software. (b) O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se ao custo incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para ampliação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que (i) o contrato de aquisição da licença com terceiros não estabelece prazo para uso da tecnologia; (ii) essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e (iii) a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo será revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 214 (2014 - R\$ 219) e a despesa, R\$ 968 (2014 - R\$ 1.058). 14. Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Table with columns: Encargos financeiros, 2015, 2014

(i) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia. (ii) Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação para liberação do financiamento de longo prazo no montante de R\$ 38.087. Até 31 de dezembro de 2015, ocorreram liberações pelo BNDES totalizando R\$ 19.112 (2014 - R\$ 15.226). As operações contratadas junto ao BNDES têm carência média de 36 meses e as prestações são mensais e consecutivas, vencendo a última em 15 de dezembro de 2021. (iii) Em setembro de 2014, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R\$ 31.256. Até o ano de 2015 ocorreram liberações pelo Banco do Brasil totalizando R\$ 15.448.

Table with columns: 2015, 2014

A controlada Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar") atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. Os ativos desta controlada estão registrados a valores próximos aos de realização. A Administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

Table with columns: Veículos, Móveis e utensílios, Outros, Total em operação, Obras em andamento, Total

As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. a) Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise amparar os créditos que tenham a receber decorrentes das vendas de produtos. b) Cláusulas restritivas financeiras - Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/ EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/ EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontrava-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. c) Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve juros atribuíveis ao imobilizado em formação (2014 - R\$ 391). Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: 2013, Adição, Amortização, Juros, Variação cambial, Transfê-rencia, 2014

Os saldos registrados no passivo não circulante possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 em diante

15. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados

impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2015, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes e mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

Table with columns: Depósitos judiciais, Provisão, 2015, 2014, 2015, 2014

(a) IPI e II sobre importações de catalisadores - A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R\$ 568 (2014 - R\$ 556), equivalente ao valor estimado de perda neste processo e depósito judicial no montante de R\$ 1.109 (2014 - R\$ 1.072). (b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R\$ 58.604, acrescidos de multa e juros. A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R\$ 16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em 1ª instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso. Em 13 de junho de 2007, 16 de fevereiro de 2009 e 21 de junho de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, 2005 a 2007 e 2008, respectivamente, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foram lavrados Autos de Infração no montante de R\$ 46.611, R\$ 46.929 e R\$ 11.403, respectivamente, cujo montante acrescido de multa isolada e juros, totaliza R\$ 104.943. No 2º semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do Mandado de Segurança foram julgados favoráveis para a Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interps Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TRF. Em 24 de outubro de 2012, a União interps o Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contra razões, pendentes de apreciação pelos respectivos Tribunais. Em 26 de outubro de 2012, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais 2009 e 2010, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 13.167, incluindo apenas os juros de mora. Baseados no entendimento de que há decisão judicial transitada em julgado favorável a Companhia, e no fato de a União não ter tentado ação rescisória para desconstituir a citada decisão, os assessores jurídicos externos acreditam que a Companhia deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não recolhimento da CSLL. Com relação a eventuais reflexos de recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre o mesmo assunto, no caso do Banco de Brasília, os assessores jurídicos ratificaram a expectativa de êxito, alegando que ainda que a Fazenda Nacional reverta a decisão obtida pela Companhia, há sempre a possibilidade de se obter uma modulação dos efeitos desta decisão, a fim de que a cobrança da CSLL venha a ser feita somente a partir desse novo julgamento, sem retroagir a períodos anteriores. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração nem para os exercícios não revisados pela fiscalização da Receita Federal. (c) PIS LC 07/70 - Refere-se, basicamente, a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente às cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Lei nº 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 8.342 (2014 - R\$ 7.736). (d) IPTU - Refere-se a depósito para garantir a discussão judicial com a Prefeitura Municipal de Camaçari em decorrência de reajuste do IPTU aplicado por aquela prefeitura. Encontram-se ainda em andamento ações indenizatórias de natureza cível, trabalhista e tributária movidas contra a Companhia que de acordo com a avaliação dos seus assessores jurídicos deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações aproximadamente R\$ 28.724 (2014 - R\$ 28.723) referem-se a contingências de naturezas trabalhista, civil e tributária cujo desfecho é avaliado como possível, tornando desnecessária uma provisão. 16. Patrimônio líquido - a) Capital social - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 213.100. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 213.056 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

Table with columns: Ações ordinárias, Ações preferenciais classe "A", Ações preferenciais classe "B"

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico e diluído por ações é igual. b) Direitos das ações - As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo. Após o pagamento dos dividendos às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros. É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classe "A", no caso de dissolução da Companhia. c) Reserva de lucros - Incentivo fiscal - Corresponde ao incentivo de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% sobre os resultados dos anos de 2009 a 2013 no montante de R\$ 10.815. Esses benefícios de redução do imposto de renda foram registrados inicialmente no resultado do exercício, na rubrica de imposto de renda corrente, e posteriormente transferidos para a reserva de lucros. Legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve adição à reserva legal por já ter atingido tal limite em 2012. d) Dividendos - Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:



>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Deten Química S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração 2015 e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Companhia e no Relatório da ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Deten em 31 de dezembro de 2015, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa. A Administração da Empresa propõe a distribuição de dividendos no valor de R\$ 101.818.277,75 provenientes da destinação integral do lucro líquido do exercício de 2015, sendo R\$ 25.454.569,44 como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 76.363.708,31 como dividendos adicionais propostos. Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da Deten, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Camaçari, 18 de março de 2016

Henrique Dias Carneiro

Mauro Guimarães Pereira

Mario Antonio Nogueira

Hubert Georg Deierl

Rosilene Oliveira de Souza

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Juan Antonio Vera Garcia - Presidente
 Jose Manuel Martinez Sanchez
 Victor German Bermejo Becerra
 José Agustín Bonilla Durán
 Rosana Serfaty de Campos
 Roberto Hasselmann de Figueiredo

DIRETORIA

José Luis Gonçalves de Almeida - Diretor Geral
 José Ricardo Uchôa Cavalcanti Almeida - Diretor de Administração e Gestão

CONTROLLER

Silvio Roberto Romão da Silva
 CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Deten Química S.A.**
 Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. - **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação

de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 2 de fevereiro de 2016.



ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6-F-BA

Shirley Nara S. Silva
 Contadora CRC-1BA022650-O-0

Projetos Especiais

Relacionados às demandas específicas de clientes, com foco no Decreto n. 10.473, que estimula a eliminação de papéis, e na autenticação via internet, com a segurança da informação.

Contatos:
 71 3116-2893

www.egba.ba.gov.br

egba

IMPrensa OFICIAL